



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

AMANDA BEATRIZ FERREIRA FERRAZ

**A ATUAÇÃO DAS FORÇAS POLICIAIS E MILITARES BRASILEIRAS NAS
MISSÕES POLÍTICAS ESPECIAIS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

RECIFE

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

AMANDA BEATRIZ FERREIRA FERRAZ

**A ATUAÇÃO DAS FORÇAS POLICIAIS E MILITARES BRASILEIRAS NAS
MISSÕES POLÍTICAS ESPECIAIS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

TCC apresentado ao Curso de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Ciência Política.

Orientador(a): Dr. Miguel Mikelli
Lucas Alves Ribeiro

RECIFE

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Ferraz, Amanda Beatriz Ferreira.

A atuação das forças policiais e militares brasileiras nas Missões Políticas Especiais: um estudo exploratório / Amanda Beatriz Ferreira Ferraz. - Recife, 2023.

35 : il., tab.

Orientador(a): Miguel Mikelli Lucas Alves Ribeiro

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, , 2023.

1. Missões Políticas Especiais . 2. Política Externa Brasileira. 3. Organização das Nações Unidas. I. Alves Ribeiro, Miguel Mikelli Lucas . (Orientação). II. Título.

320 CDD (22.ed.)

AMANDA BEATRIZ FERREIRA FERRAZ

**A ATUAÇÃO DAS FORÇAS POLICIAIS E MILITARES BRASILEIRAS NAS
MISSÕES POLÍTICAS ESPECIAIS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

TCC apresentado ao Curso de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Ciência Política.

Aprovado em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr. Miguel Mikelli Lucas Alves Ribeiro (Orientador)

Prof.º Dr. Sérgio Luiz Cruz Aguilar (Examinador Externo)

Prof.º Dra. Eduarda Passarelli Hamann (Examinadora Externa)

AGRADECIMENTOS

A Deus, toda a minha gratidão. A Sua bondade tem me guiado e me sustentado diariamente. Nos dias mais tempestuosos e nos mais ensolarados, Ele se fez presente. E Ele tem sido tão bom para mim que não consigo explicar o seu amor, infinita graça e misericórdia sobre a minha vida. Obrigada, Senhor, por sempre fazer infinitamente mais do que eu mereço.

À minha família, em especial a Alexandre (*in memoriam*), meu amado pai, que durante 15 anos foi um exemplo de ser humano e sempre me apoiou, foi meu grande parceiro; à Carla, uma das pessoas mais fortes e extraordinárias que eu já conheci. Obrigada por tudo, mãe! E ao meu amado irmão, Matheus, que mesmo longe se faz presente, és minha inspiração.

Ao meu professor orientador, Dr. Miguel Mikelli, não tenho palavras para agradecer sua confiança, apoio e ensinamentos. Na minha jornada acadêmica, nunca me esquecerei de suas aulas e por ter me apresentado o fantástico (e por vezes sombrio) mundo das Operações de Paz. Muitíssimo obrigada!

Aos meus amigos que sonharam esse sonho comigo, que me suportaram em meio às crises da graduação, que me impulsionam e me fizeram viver essa experiência de forma tão incrível e inesquecível. Obrigada Amanda Karine, Júlia Pastick, Júlia Barrêto, Letícia Lutiano, Mariana Belfort, Nicolý de Brito, Thais Amorim, Victória Letícia e Samuel de Melo por terem sido amizade, apoio e conforto nesses anos!

Por fim, à Universidade Federal de Pernambuco, por ter sido minha casa por alguns anos. Infeliz pandemia que atrapalhou vivenciar outros momentos na Universidade, mas tudo que vivi, foi extraordinário e marcou a minha história.

RESUMO

Este estudo analisa a atuação das forças policiais e militares do Brasil nas Missões Políticas Especiais da Organização das Nações Unidas (ONU), considerando os agravamentos dos contextos políticos em Estados marcados por profundas divisões internas, como genocídios e conflitos étnico-religiosos, no século XX. A ONU, ao superar o papel predominante das Operações de Paz, ampliou as responsabilidades dos mandatos, especialmente na década de 1990, quando as Missões Políticas Especiais se expandiram. Nesse cenário, o Brasil, com uma expressiva participação em atividades de manutenção de paz desde os anos 50, tem sido um ator relevante, oferecendo recursos militares, financeiros e civis. O objetivo central deste trabalho é realizar um estudo exploratório e descritivo sobre o engajamento brasileiro nessas missões, lançando luz sobre o papel do país, notadamente através de sua política externa, na promoção da paz e estabilidade internacional. O principal resultado desta análise é a constatação de que, apesar da robusta atuação nas Operações de Paz, a participação brasileira nas Missões Políticas Especiais não é expressiva.

Palavras-chave: Missões Políticas Especiais; Política Externa Brasileira; Organização das Nações Unidas.

ABSTRACT

This study examines the performance of Brazil's police and military forces in the Special Political Missions of the United Nations (UN), considering the exacerbation of political contexts in states marked by deep internal divisions, such as genocides and ethnic-religious conflicts, in the 20th century. The UN, surpassing the predominant role of Peacekeeping Operations, expanded the mandates' responsibilities, especially in the 1990s when Special Political Missions proliferated. In this scenario, Brazil, with significant involvement in peacekeeping activities since the 1950s, has been a relevant actor, providing military, financial, and civilian resources. The central objective of this study is to conduct an exploratory and descriptive analysis of Brazil's engagement in these missions, shedding light on the country's role, notably through its foreign policy, in promoting peace and international stability. The main outcome of this analysis is the observation that, despite robust involvement in Peacekeeping Operations, Brazil's participation in Special Political Missions is not significant.

Keywords: Special Political Mission; Brazilian Foreign Policy; United Nations

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Quantidade de MPE por continente (1995-2020).....	18
Gráfico 2- Participação expressiva do Brasil em 4 PKO.....	24
Gráfico 3 - Quantidade de forças policiais e militares nas MPE.....	28
Gráfico 4 - Presença dos militares e policiais brasileiros na UNMIN.....	29
Gráfico 5 - Início do período de contribuição nas MPE.....	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Diferenças entre Missões Políticas e Operações de Manutenção da Paz...15	15
Tabela 2 - Siglas, nomes oficiais das MPE, ano de início e localidade.....16	16

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. MISSÕES POLÍTICAS ESPECIAIS.....	14
3. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DA PAZ NA ONU.....	21
4. ATUAÇÃO DAS FORÇAS POLICIAIS E MILITARES BRASILEIRA NAS MPE 27	
5. CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

1. INTRODUÇÃO

Durante o século XX, especialmente com o fim da Segunda Guerra Mundial, atrocidades foram cometidas contra grupos minoritários e levantaram questões sobre a soberania dos Estados - relacionada ao princípio da não-intervenção - e se haveria impunidade para quem viola os direitos humanos de suas populações civis. Surgindo mecanismos internacionais com a finalidade de buscar *accountability* no que diz respeito a violações extremas como crimes de guerra e contra a humanidade (Rosenberg, 2016).

Dado o fim da Guerra Fria, diversos países, que possuíam divisões internas, enfrentaram um agravamento em seus contextos políticos. O resultado foi uma expansão de crises. Um exemplo é o Genocídio de Ruanda, em que o governo de uma minoria apoiada pelo poder colonial belga, foi substituída por uma maioria étnica ressentida (Straus, 2016; Zartman, 2010).

A sociedade internacional intensificou a busca por debater estratégias de prevenção e mitigação de crises. O debate sobre intervenções humanitárias se alastrou, unindo-se às questões de soberania, direitos humanos e princípio de não-intervenção. A virada normativa aconteceu em 2005, quando ocorreu a institucionalização do princípio da Responsabilidade de Proteger (R2P), durante a Cúpula Mundial da ONU (Thakur; Weiss, 2009; Ribeiro, 2019). No documento, enfatiza que cada Estado tem a obrigação individual de proteger suas populações contra genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. Além disso, destaca que a Sociedade Internacional deve, quando apropriado, incentivar e auxiliar os Estados a cumprir essa

responsabilidade, estabelecendo mecanismos de alerta precoce (ONU, 2005). O documento também ressalta que a comunidade internacional tem a responsabilidade de empregar meios diplomáticos, assistência humanitária e outros métodos pacíficos para resolver conflitos ou até mesmo adotar medidas coercitivas coletivas, como intervenções militares, para abordar situações graves (ONU, 2005).

O Princípio da Responsabilidade de Proteger, portanto, não está apenas voltado para intervenções militares. Ele prevê diversas outras formas de participação de atores externos – com maior ou menor grau de influência – para a solução dessas crises, desde facilitação, mediação, tratativas diplomáticas ao uso de sanções econômicas e de justiça internacional (Welsh, 2015; Babbitt, 2014) Um dos instrumentos de inovação institucional para encarar os conflitos armados, manutenção da paz e segurança internacional foram as *Peacekeeping Operations (PKO)*.

Haja vista o expressivo alargamento de violações massivas pelos Estados contra a sua população, ocorridas nos anos 90, principalmente relacionadas às etnias, religião e cultura. Nessa condição, as PKO necessitam adaptar-se à nova realidade, saindo do contexto puramente militar e incorporando novas complexidades. Surgem então as *Multidimensional Peacekeeping Operations (MPKO)*, com novas funções, escopo e objetivos assumidos (Faganello, 2013). Dentro das MPKO, há as Missões Políticas Especiais (MPE), que são o foco do presente trabalho.

Em seu discurso ao Quarto Comitê, no ano de 2020, quando apresentou o relatório sobre “Questões Políticas Gerais relativas às Missões Políticas Especiais”, a

Subsecretária Geral da ONU, Rosemary DiCarlo, expressou a seguinte frase: “*Special Political Missions are a manifestation of the power of effective multilateralism*”¹.

Desse modo, as MPE se enquadram na responsabilidade de prevenir (*responsibility to prevent*), onde não há a intervenção militar, como forma de encorajar os Estados a eliminarem os crimes em seus territórios. Logo, a responsabilidade de prevenir é menos intrusiva e respeita a igualdade dos Estados soberanos, utilizando-se de mecanismos políticos para atuação e prevenção de atrocidades (Sharma; Welsh, 2015).

Neste contexto, por ser um Estado que desempenha um papel importante nas Operações de Paz, desde a primeira, a *United Nations Special Committee on the Balkans* (UNSCOB), em 1948, o Brasil é um ator fundamental no sistema de multilateralismo eficaz (Munro, 1978; Mello, 2012). Diante disso, a presente monografia tem como objetivo responder a seguinte questão: Como tem sido a atuação das forças policiais e militares do Brasil nas Missões Políticas Especiais da Organização das Nações Unidas (ONU)? Ao se concentrar primariamente nas Missões Políticas Especiais como objeto de estudo, destaca-se que, dentro do campo das Relações Internacionais, este trabalho se insere na área dos Estudos de Segurança Internacional, mais especificamente no âmbito dos Estudos para a Paz. (Buzan; Hansen, 2012, p. 170).

Dada a escassez e ambiguidade existente na literatura sobre Missões Políticas Especiais, o estudo não se baseará em hipóteses preestabelecidas, mas se enquadra em um estudo exploratório e descritivo. O propósito é preencher lacunas conceituais e

¹ “As Missões Políticas Especiais são uma manifestação do poder do multilateralismo eficaz” (DiCarlo, 2020; tradução própria). Disponível em: <https://dppa.un.org/en/dicarlo-special-political-missions-are-manifestation-of-power-of-effective-multilateralism>

operacionais, principalmente no que se refere às funções e papéis das MPE, além de explorar um fenômeno que servirá de base para pesquisas futuras.

As principais fontes de pesquisa são ofícios e relatórios oficiais do Ministério de Defesa e do Ministério das Relações Exteriores, sites oficiais das Missões Políticas Especiais, da ONU, do Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz. Foram escolhidas pela relevância e autoridade na documentação das atividades e registro das diretrizes relacionadas às MPE.

Diante da questão apresentada, a pesquisa se justifica por se tratar de uma área de grande relevância para os estudos de Relações Internacionais, sobretudo no que concerne à cooperação internacional, segurança global e manutenção da paz. As MPE desempenham um papel crucial na consolidação da paz e no apoio a processos políticos complexos e frágeis, assumindo uma crescente importância nos debates travados no âmbito da ONU, especialmente no CSNU.

É imperativo compreender como as forças policiais e militares do Brasil contribuem para essas missões, uma vez que o país desempenha um papel de liderança regional e possui um extenso histórico de participação em missões de paz promovidas pela ONU. A atuação não se limita apenas a contribuições para estabilidade global, mas desempenha um papel fundamental na política externa do país, influenciando nas relações bilaterais e na percepção internacional de sua postura diplomática.

Primeiramente, busca examinar as Missões Políticas Especiais da ONU, destacando o papel desempenhado por essas operações na manutenção da paz e estabilidade global. Em seguida, propõe-se investigar a evolução da participação do Brasil em atividades de manutenção de paz ao longo do tempo, a partir da perspectiva

da política externa do país. Além disso, pretende-se descrever o envolvimento das forças militares e policiais brasileiras em missões políticas especiais, oferecendo uma análise da contribuição.

2. MISSÕES POLÍTICAS ESPECIAIS

As Missões Políticas Especiais são definidas pela ONU como “missões civis destacadas por um período limitado com o objetivo apoiar os Estados-Membros em bons ofícios, prevenção de conflitos, pacificação e consolidação da paz” (Ban Ki-Moon, 2015). Estão divididas em três grupos: *personal envoy* pelo Secretário-Geral; monitoramento de equipes, grupos e painéis; e bons ofícios regionais, que fornece apoio a processos políticos. Ainda, podem ser categorizados a partir dos objetivos políticos, na fase do conflito que está submetido - durante ou depois da guerra - e na fonte de autoridade, sendo estabelecida pelo Secretário-Geral ou mandatada pelo Conselho de Segurança da ONU (Sarfati, 2021).

De acordo com o DPPA, a primeira MPE aconteceu no ano de 1948 e tinha como finalidade mediar o conflito na Palestina, onde foi enviado, como o primeiro mediador da ONU, o Conde Folke Bernadotte encarregado de promover “um ajuste pacífico na região da Palestina”². Entretanto, oficialmente, o termo “missões políticas especiais” só surgiu em 1990, com as missões no Burundi, Haiti e Afeganistão, que tinham no seu cerne o envolvimento político (ONU, s.d.).

As MPE são geridas pelo Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz (DPPA), que surgiu em 1992, que em conjunto com o Departamento de Operações de Paz (DPKO), têm o objetivo de prevenir conflitos; buscar a resolução; e auxiliar na construção de sociedades firmes, inclusivas e resilientes para gerações futuras. Apesar da similaridade em suas metas, o DPPA e DPKO têm mandatos, financiamento, planos distintos (ONU, s.d.).

² Disponível em: <https://diplomacy4peace.org/exhibitions/alias-exhibition-02>

Como citado anteriormente, as MPE e PKO são diferentes sobre como são autorizadas, dirigidas e, principalmente, financiadas. Na tabela 1, pode-se perceber de forma resumida as principais diferenças, a partir do tipo, quem autorizou, o financiamento, departamento responsável e o papel militar.

Tabela 1. Diferenças entre Missões Políticas e Operações de Manutenção da Paz

Tipo da Missão	Autorizada por	Modalidade do financiamento	Departamento Responsável	Funções
<i>Political Missions</i>	Assembleia Geral, Conselho de Segurança ou Secretário-Geral	Orçamento Regular (com contribuição voluntária)	DPA	Maior engajamento político e diplomático
<i>Peacekeeping</i>	Conselho de Segurança	Orçamento das Peacekeeping (com contribuição voluntária)	DPKO	Envolvimento militar é crucial

Fonte: Elaborada pela autora, baseada em Salomons and Dijkzeul, 2001, p. 30

Assim como as PKO, as MPE possuem mandatos e funções políticas, relacionadas à mediação, facilitação, diplomacia preventiva, supervisão política, aconselhamento à população local, dentre outros. Em seus mandatos, também foram encarregados de monitorar e relatar os abusos contra os direitos humanos; coordenar a assistência e apoio internacional; coordenar o processo de desarmamento, desmobilização e reintegração; bem como, contribuir na proteção de civis (Sarfati, 2021).

Durante o final dos anos 1990 e início do século XXI, a ONU, através do DPPA, implantou mais de 30 missões (ver tabela 2), espalhadas pela África, América, Ásia, Europa e Oriente Médio (ver gráfico 1). Em algumas localidades existem os mandatos regionais, como o *United Nations Office for West Africa and the Sahel* (UNOWAS) ou

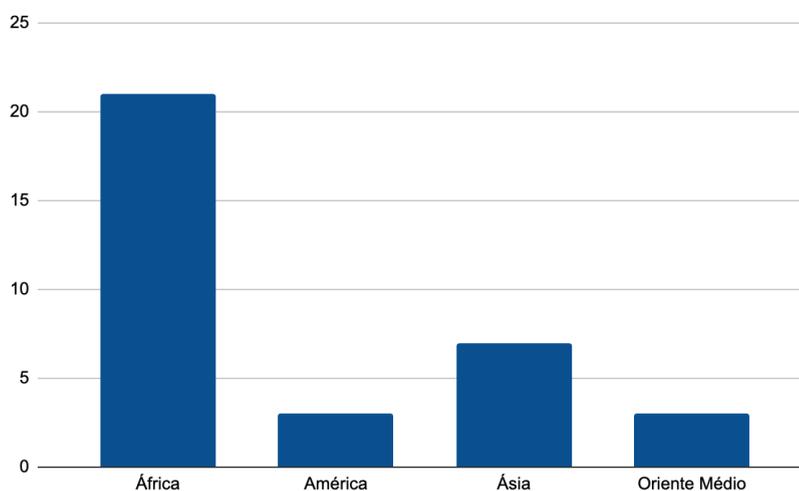
United Nations Regional Centre for Preventive Diplomacy for Central Asia (UNRCCA) (ONU, sd; Peter, 2019). Podem ser implementadas seguindo o encerramento de uma PKO, como *United Nations Office in Burundi* (UNOB), mantendo a relação política com as autoridades nacionais. Igualmente, pode ser mandatada pelo CSNU, como exemplo, tem-se a *United Nations Integrated Peacebuilding Support Office in Guinea-Bissau* (UNIOGBIS). Ainda como a primeira presença da ONU, a partir do mandato do CSNU, tal qual a *United Nations Verification Mission in Colombia* (ONU, s.d.; Sarfati, 2021).

Tabela 2. Siglas, nomes oficiais das MPE, ano de início e localidade

Sigla	Nome oficial	Ano de início	Localidade
UNMA	United Nations Mission in Angola	2000	Angola
UNOA	United Nations Office in Angola	1996	Angola
MENUB	United Nations Electoral Observation Mission in Burundi	2014	Burundi
BNUB	United Nations Office in Burundi	2010	Burundi
BINUB	United Nations Integrated Office in Burundi	2004	Burundi
UNOB	United Nations Office in Burundi	1996	Burundi
BONUCA	United Nations Peacebuilding Support Office in the Central African Republic	2000	RCA
BINUCA	United Nations Integrated Peacebuilding Support Office in the Central African Republic	2008	RCA
MINUCI	United Nations Mission in Côte d'Ivoire	2000	Côte d'Ivoire
UNIOGBIS	United Nations Integrated Peacebuilding Support Office in Guinea-Bissau	2008	Guiné Bissau
UNOGBIS	United Nations Peacebuilding Support Office in Guinea-Bissau	1996	Guiné Bissau
UNOL	United Nations Peacebuilding Support Office in Liberia	1996	Libéria
UNSMIL	United Nations Support Mission in Libya	2010	Líbia
UNIPSIL	United Nations Integrated Peacebuilding Office in Sierra Leone	2008	Serra Leoa
UNIOSIL	United Nations Integrated Office in Sierra Leone	2004	Serra Leoa
UNPOS	United Nations Political Office for Somalia	1996	Somália

UNSOM	United Nations Assistance Mission in Somalia	2012	Somália
UNITAMS	United Nations Transition Assistance Mission in Sudan	2020	Sudão
UNOCA	United Nations Regional Office for Central Africa	2010	África Central
UNOWA	United Nations Office for West Africa	2004	África Ocidental
UNOWAS	United Nations Office for West Africa and the Sahel	2016	África Ocidental e Sahel
	United Nations Mission in Colombia	2016	Colômbia
UNVMC	United Nations Verification Mission in Colombia	2016	Colômbia
BINUH	United Nations Integrated Office in Haiti	2019	Haiti
UNAMA	United Nations Assistance Mission in Afghanistan	2000	Afeganistão
UNRCCA	United Nations Regional Centre for Preventive Diplomacy for Central Asia	2004	Ásia Central
UNMIN	United Nations Mission in Nepal	2004	Nepal
UNOMB	United Nations Observer Mission in Bougainville	2004	Papua Nova Guiné
UNPOB	United Nations Political Office in Bougainville	1996	Papua Nova Guiné
UNTOP	United Nations Tajikistan Office of Peacebuilding	2000	Tajiquistão
UNOTIL	United Nations Office in Timor-Leste	2004	Timor-Leste
UNAMET	United Nations Mission in East Timor	1996	Timor-Leste
UNAMI	United Nations Assistance Mission for Iraq	2000	Iraque
UNSCOL	Office of the United Nations Special Coordinator for Lebanon	2008	Líbano
UNMHA	United Nations Mission to support the Hodeidah Agreement	2019	Iêmen

Fonte: Elaborado pela autora com base no DPPA

Gráfico 1. Quantidade de MPE por Continente (1995-2020)

Fonte: Elaborado pela autora com base no DPPA.

Para a tomada de decisão de como será a MPE, há o mandato, que pode ser decidido por diferentes caminhos: a) através da adoção de uma resolução advinda do CSNU; ou b) a partir de uma resolução ou decisão da Assembleia Geral, a partir das recomendações direcionadas aos membros do CSNU, por meio do relatório do Secretário-Geral; ou, c) por meio de troca de cartas entre o Secretário-Geral e o Presidente do CSNU, em que o DPA, em conjunto com a ITF, prepara uma nota ao Secretário-Geral, justificando o estabelecido da MPE. A partir disso, segue-se os trâmites de cartas em direção ao Presidente do CSNU e a consulta com membros do Conselho (ONU, 2012).

A depender da natureza da missão, a equipe deverá conter um Representante Especial do Secretário-Geral, um Representante Executivo, um Representante do Secretário Geral ou um Coordenador Especial que atuará como Chefe da Missão (*Head*

of the mission) e o Representante mais graduado das Nações Unidas em um determinado país. Uma das funções mais importantes é o Chefe da Missão que será responsável pelo impulsionamento das atividades das missões, visto que definirá a orientação estratégica e tomará decisões importantes de gestão (ONU, 2012).

A chegada do Chefe de Missão solidifica a presença da MPE, logo, deve ser nomeado antes da adoção do mandato. E este precisa ser apoiado por uma equipe de liderança, que inclui um chefe de gabinete, um chefe de apoio à missão, um conselheiro/chefe de segurança, um chefe de direitos humanos (quando a missão possuir componente de direitos humanos), conselheiro(s), policiais e/ou militar, administrativos para apoiar a equipe. Diante disso, conclui-se que a liderança da missão inclui os principais *decision-makers* de MPE que têm a responsabilidade de definir a direção política da MPE, definir, implementar e monitorar o mandato (ONU, 2012).

As Missões Políticas Especiais reafirmam o trabalho central da ONU em busca da paz e segurança internacional, por meio da diplomacia. É por intermédio da diplomacia preventiva que se busca evitar a transformação das disputas em conflitos, do mesmo modo que limitam a propagação dos conflitos, quando ocorrem (ONU, s.d.). As MPE desempenham um papel fundamental na contribuição para a prevenção e solução de conflitos violentos nos contextos mais complexos do mundo, como previsto no Capítulo VI da Carta da ONU³. Exercem um papel vital no fortalecimento das alianças entre a ONU e as organizações regionais e sub-regionais, facilitando assim a cooperação internacional (ONU, 2022).

³ “ A Organização fará com que os Estados que não são membros das Nações Unidas ajam de acordo com esses Princípios em tudo quanto for necessário à manutenção da paz e da segurança internacionais.”
Capítulo VI da Carta da ONU

Nos últimos anos, uma das agendas para as MPE é a promoção da participação plena, equitativa e significativa das mulheres nos processos políticos e de paz. Podendo citar a UNITAMS, no Sudão, que tem buscado adotar uma estratégia multifacetada com o propósito de promover um processo político inclusivo, onde garantiu uma taxa de 30% de participação das mulheres, na consulta realizada pela ONU, de janeiro a fevereiro de 2022 (ONU, 2022).

Além da inclusão de mulheres, por meio da Resolução 2535 (2020) do CSNU, a representação de agenda sobre os jovens tem sido impulsionada. Para ampliar a participação da juventude, em dezembro de 2021, a UNSOM, UNFPA e associados organizaram um evento com 30 representantes de organizações dirigidas por jovens e sociedade civil, para construir um projeto sobre a participação eleitoral dos jovens e democratização (ONU, 2022).

Portanto, com base na Carta das Nações Unidas, é reconhecida a responsabilidade da ONU em preservar a segurança e a paz internacionais. Para cumprir essa missão, é empregada uma ampla variedade de instrumentos, incluindo missões políticas especiais e operações de manutenção da paz. No próximo capítulo, em busca dos objetivos deste trabalho, será conduzida uma análise da relação entre as MPE e PKO, contextualizando a participação do Brasil ao longo do tempo, sob a égide da Política Externa Brasileira.

3. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DA PAZ NA ONU

As atividades de manutenção de paz da ONU constituem uma abrangente “caixa de ferramentas” dedicadas a promover a paz e a segurança internacional. Nesse sentido, o Conselho de Segurança possui responsabilidade primordial nesse contexto e tem como órgãos subsidiários as operações de paz e as missões políticas especiais. Tais iniciativas compartilham similaridades e distinções em seus mecanismos, objetivos e composições, que se fundamentam nos capítulos VI e VII da Carta da ONU, envolvendo-se em atividades que abrangem desde a prevenção e resolução de conflitos até a construção da paz e recuperação pós-conflito (ONU, s.d.).

No âmbito das atividades de manutenção de paz da ONU, é vital compreender a participação ativa dos Estados-membros, que desempenham um papel fundamental na implementação dos mandatos, refletindo um comprometimento coletivo, apesar dos interesses unilaterais próprios dos países. Nesse cenário, o Brasil emerge como um ator proeminente, contribuindo de maneira significativa ao longo das décadas (Kenkel, 2011).

A trajetória brasileira remonta à primeira Operação de Paz da ONU em 1948, a *United Nations Special Committee on the Balkans* (UNSCOB). Essa missão tinha o objetivo de verificar a situação da Guerra Civil grega e o conflito nos Balcãs, e contou com a participação brasileira, através de militares, policiais e civis (Munro, 1978). A segunda incursão brasileira ocorreu em 1956, na *First United Nations Emergency Force* (UNEF I), cujo propósito era solucionar a crise do Canal de Suez. Houve a presença dos *UN Peacekeepers*, que deveriam assegurar o cessar-fogo na região (Rosner, 1996). O

Brasil contribuiu com um batalhão de infantaria com 600 soldados, todavia, de 1957 a 1967, cerca de 6.300 efetivos ingressaram na missão (EB, s.d.).

Desde o princípio, a atuação brasileira em PKO esteve associada à imagem do Brasil como um país pacífico e interessado na resolução de conflitos internacionais e na manutenção da paz. O Brasil atuou de forma significativa na UNEF, unindo a política externa e o desejo do presidente Juscelino Kubitschek em notabilizar o país no cenário internacional (Zanatta, 2012).

Entre 1960 e 1964, o Brasil contribuiu na *United Nations Operation in the Congo* (ONUC), que buscava assegurar a retirada das tropas belgas, ajudar o Governo na manutenção da lei e da ordem e fornecer assistência técnica. A experiência brasileira não esteve apenas ligada ao recurso militar, mas também a recursos humanitários, com distribuição de alimentos, proteção de civis e fornecimento de medicamentos à população local (Costa, 2015).

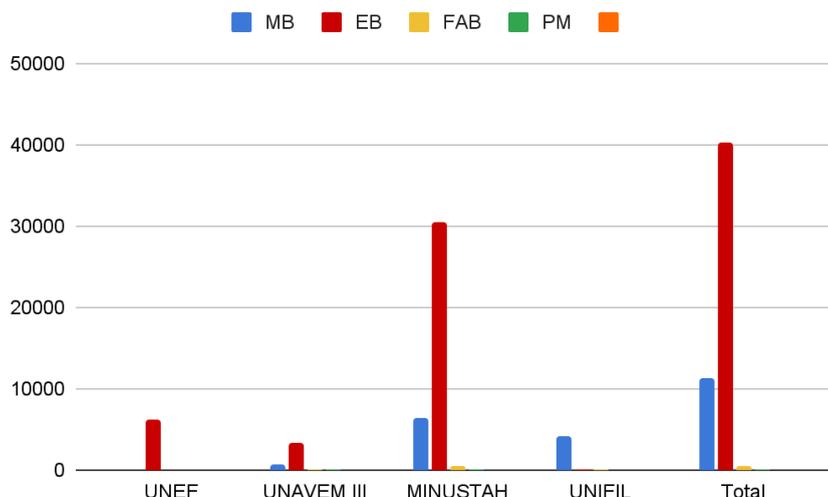
Todavia, nem sempre o Brasil esteve ativo nas PKO. No período da ditadura militar (1967-1989), pela política centrada na autonomia nacional, no distanciamento de conflitos internacionais e fóruns multilaterais, o Brasil não se engajou nas missões de paz (Cavalcante, 2010).

A partir da segunda metade da década de 80, na redemocratização brasileira, houve o retorno do país às PKO. Como citado no capítulo anterior, aconteceram as transformações nas PKO, no qual o enfoque não estava apenas em forças militares, mas em uma multidimensionalidade, abrangendo policiais, políticos, representantes da sociedade civil, dentre outros. Logo, alinhou-se à política externa do país com seu discurso de pacificador e que busca a segurança através do desenvolvimento

(Cavalcante, 2010). Esse contexto foi marcado pela participação brasileira na Angola (1991) e Moçambique (1993) nas Operações de Paz (Hamann, 2016). Nesse sentido, a intensificação não foi refletida apenas com o aumento do contingente das forças armadas e policiais, mas também se tornou líder de forças internacionais e envolvido na articulação de estratégias (Kenkel, 2010).

Desde 1948, já ocorreram 71 Missões de Manutenção da Paz espalhadas por todo o mundo, orientadas pelo DPKO. Destas, o Brasil esteve participando de 41, representando 57,75% (Brasil, 2023). Observa-se que há uma atuação significativa, apesar da diligência no discurso diplomático brasileiro sobre o envolvimento nas PKO autorizadas pelo Capítulo VII da Carta da ONU, que se refere às “ações relativas aos tratados de paz, ruptura da paz e atos de agressão” (Hamann, 2016).

Como pode-se observar no gráfico 2, há quatro PKO em específico que receberam um grande apoio do Brasil, sendo a UNEF (1957-1967), UNAVEM III (1995-1997), MINUSTAH (2004-presente) e UNIFIL (2011-presente), seguindo o pensamento de que o envio das tropas está ligado aos interesses da política externa brasileira. A partir dos dados disponibilizados pelo Ministério da Defesa, apenas nessas missões citadas, houve o envio de 52.206 militares e policiais, sendo 21,7% de representantes da Marinha Brasileira, 77,3% do Exército Brasileiro, 0,88% da Força Aérea Brasileira e 0,16% de policiais.

Gráfico 2. Participação expressiva do Brasil em 4 PKO

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados disponibilizados pelo Ministério da Defesa

O engajamento brasileiro em tais missões, principalmente na MINUSTAH e UNIFIL, foi marcado pela liderança regional do país, em que procura manter a sua preponderância em relação aos seus vizinhos. Além de buscar uma maior cooperação internacional, tornar-se o representante das nações emergentes e fornecer estratégias para uma maior assistência humanitária às regiões conflituosas (Kenkel, 2010; 2013).

A relevante presença do Brasil nas PKO, está ligada, principalmente, ao valor do multilateralismo para o país, desde a Liga das Nações, visto que há a disposição de atuar em missões que não atendam apenas aos interesses específicos da política externa brasileira, mas também ao interesse geral da comunidade internacional (Hamann, 2016).

Diversos pesquisadores buscam explicar o envolvimento histórico brasileiro, para além da explicação do multilateralismo. Kai Kenkel (2012) apresenta algumas explicações, como: inserção do país na dinâmica de segurança coletiva da ONU; ampliar a influência nos órgãos decisórios da ONU; exercer os princípios dispostos no

art. 4º da Constituição Federal (1988); validar a candidatura do Brasil como membro permanente do CSNU; orgulho nacional e o prestígio e imagem do país na comunidade internacional.

Por outro lado, segundo Fishel (2008), existem especificidades dos países latino-americanos que são evidenciadas pelo Brasil, tais quais a busca por prestígio, a sólida capacidade diplomática, a fraca coordenação intragovernamental e uma maior disponibilidade de tropas para envio. E, ainda, constata-se que no país há um déficit tecnológico se comparado às grandes potências; há falta de experiência com “*jointness*”, isto é, a integração de pelo menos dois membros das forças armadas para alcançar um objetivo comum entre estes; e, por fim, a influência da própria cultura militar (Feinsilber, 2009). À vista disso, a coordenação brasileira, entre as forças militares e o controle civil, é fracamente institucionalizada e demasiadamente dependente de personalidades específicas (Kenkel, 2010).

Para uma maior robustez em relação à participação brasileira nas PKO, é preciso retomar a mobilização do Brasil no Haiti (MINUSTAH) e no Líbano (UNIFIL), das supracitadas são as únicas que ainda estão ocorrendo. Por meio do gráfico 1, baseado em dados disponibilizados pelo Ministério de Defesa, percebe-se a expressiva atuação na MINUSTAH, tornando-se “o principal teatro de operações das tropas de paz brasileiras” (Hamann, 2016, p. 95). Foi enviado um contingente de 37.378 militares, dos quais 6.335 foram da Marinha (16,95%), 30.553 do Exército (81,74%), 438 da Força Aérea (1,17%) e 52 da Polícia Militar (0,14%).

Desde o primeiro momento, após a autorização advinda do CSNU, o Brasil assumiu o papel de comando militar da missão, de maio de 2004 a outubro de 2017,

apenas generais brasileiros estiveram à frente da força da MINUSTAH. Ademais, o Brasil atuou em diversas frentes no Haiti, desde o engajamento militar até às atividades relacionadas à construção de estradas e pontes (Andrade; Hamann; Soares, 2019).

A participação brasileira na MINUSTAH foi relevante para uma nova abordagem para a consolidação da paz, bem como para o histórico do Brasil. Apesar das conquistas vivenciadas pelos brasileiros, também tiveram desafios, por causa da robustez da operação e por ter sido a primeira vez que o país participou de uma missão baseada no Capítulo VII da Carta da ONU (Andrade; Franco; Silva Filho, 2019).

Já no contexto da UNIFIL, realizada no Líbano, tinha o mandato específico de garantir a retirada das tropas israelitas do sudeste do Líbano, tal como auxiliar na recuperação da autoridade libanesa na região. A primeira contribuição brasileira aconteceu 5 anos após o estabelecimento da missão, que surgiu em 2006 (Andrade; Hamann; Soares, 2019). O contingente brasileiro enviado foi de 4.323 militares, entre 2011 e 2023, com ênfase na Marinha Brasileira, que possui uma frota de 4.323 pessoas (97,36%) (Brasil, 2023).

Portanto, para atingir o objetivo final deste trabalho, após analisar a participação brasileira em uma das formas da ONU dedicada à manutenção da paz e segurança, as PKO, torna-se essencial dar continuidade abordando o tema central do estudo, que são as MPE. As MPE representam uma “atualização” em relação às PKO, pois, os mandatos trabalham para garantir soluções políticas não-violentas para os conflitos. Na próxima seção, exploraremos e descreveremos a atuação das forças policiais e militares brasileiras nas missões políticas especiais.

4. ATUAÇÃO DAS FORÇAS POLICIAIS E MILITARES BRASILEIRA NAS MPE

Por meio do capítulo anterior, nota-se que o Brasil tem cada vez mais participado de missões internacionais, que buscam promover a democracia, apoiar a estabilidade do país, prevenir conflitos, dentre outros objetivos. Fatores esses que se alinham à política externa brasileira, mas também se intensificam e se expandem para além da América Latina (Muggah e Hamann, 2012).

Em suas ações, o país busca um papel ativo na construção da paz em países frágeis ou em situações de pós-conflito. Todavia, ainda há pontos de melhoria e desenvolvimento quanto a princípios políticos, jurídicos, administrativos para que possam instrumentalizar o desejo de maior envolvimento (Hamann e Costa Leite, 2012).

No contexto das MPE, o Brasil expôs que:

“Special Political Missions são encarregadas de promover os valores fundamentais do diálogo, negociação e apoio institucional. A prevenção e a mediação de conflitos são instrumentos importantes para a promoção da paz. São meios para alcançar a solução pacífica, em conformidade com a Carta. Devemos dar-lhes todo o nosso apoio (...) essas missões são mandatadas com o objetivo de evitar novos conflitos em países mais complexos e frágeis sob a direção do Conselho. Seu sucesso pode aumentar as possibilidades de estabilidade de paz duradoura, com importantes repercussões no orçamento da ONU” (Costa Vargas, 2012, tradução própria⁴).

No site oficial da ONU, há uma área disponível para listar todas as MPE e escritórios integrados e regionais⁵ estabelecidos pelo CSNU⁶. As missões são divididas por regiões, áreas ou sub-regiões, adicionadas em ordem cronológica. Nesse sentido,

⁴ Declaração na 66ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, no quinto comitê, do segundo secretário da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, o Sr João Augusto Costa Vargas sobre “*Programme budget for the biennium 2012-2013 Special Political Missions: estimates in respect of matters of which the Security Council is seized*”.

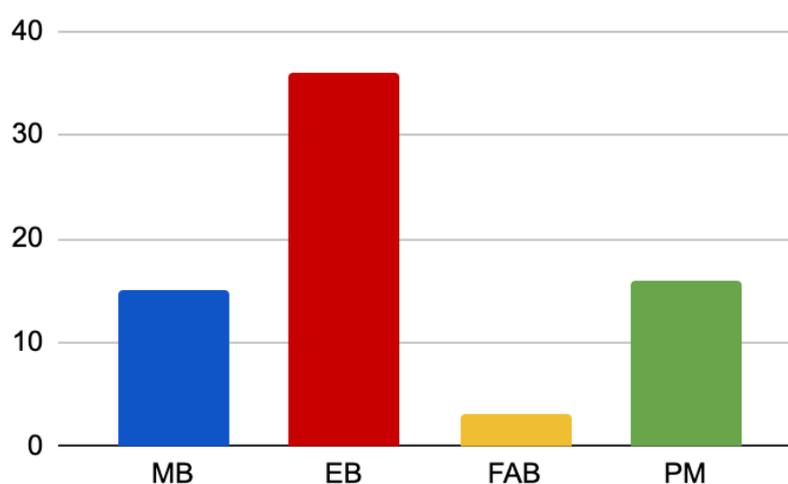
⁵ *integrated and regional offices*

⁶ Disponível em <https://www.un.org/securitycouncil/content/repertoire/political-missions-and-offices>

consta 35 MPE e *integrated and regional offices* espalhadas pela África, América, Ásia, Europa e Oriente Médio. Já no site oficial do Ministério das Relações Exteriores (MRE), há um documento sobre a participação brasileira nas Missões realizadas pelo DPKO, DPPA, Organização de Estados Americanos (OEA) e outras⁷. Todavia, para este trabalho, foi filtrado apenas as do DPPA.

As informações disponibilizadas pelo DPPA apontam que já ocorreram 35 MPE. A partir da análise do documento do MRE, a atuação brasileira é observada em 11 delas, sendo 8 encerradas (UNAMET, UNOA, UNMA, UNOGBIS, UNIOGBIS, UNOTIL, UNOWA, UNMIN) e 3 ativas (UNMHA, UNSOM, UNITAMS). Contudo, a participação não é expressiva, não conta com grandes envios de capacidade humana, o contingente total é de 69 militares das 3 forças armadas e policiais (ver gráfico 3).

Gráfico 3. Quantidade de forças policiais e militares nas MPE



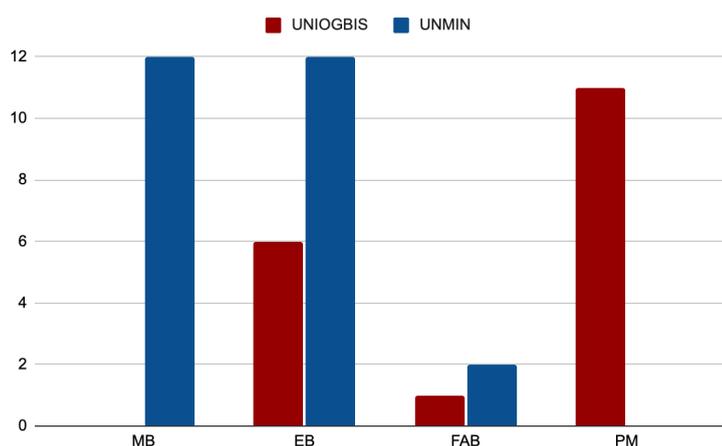
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do MRE

⁷ Disponível em

https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz/arquivos/historico-da-participacao-brasileira-em-missoes-da-onu/historicobrasileironoconcertodasnacoesdez23.pdf.pdf

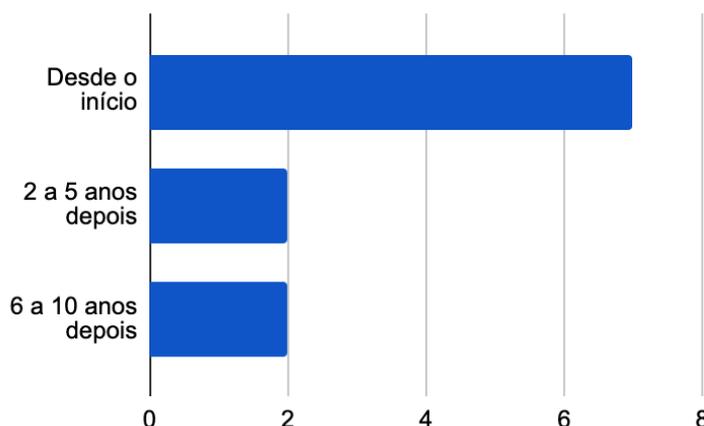
Das missões citadas, a maior parte da atuação brasileira aconteceu em duas missões, na UNIOGBIS (Guiné Bissau), que representou 26,09% da participação, e na UNMIN (Nepal), com 37,68% (ver gráfico 4). Uma informação relevante é que a UNIOGBIS (2009) sucedeu a UNOGIBS (1999), em que o Brasil esteve presente de 2004 a 2009 (período que marca toda a missão) com coronéis do Exército brasileiro exercendo a função de Conselheiro Militar. Na missão seguinte, o Brasil atuou com maior expressividade, com a finalidade de promover a estabilidade do país (Brasil, 2023).

Gráfico 4. Presença dos militares e policiais brasileiros na UNIOGBIS e UNMIN



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do MRE

Dentre as 11 missões que o Brasil esteve participando, em 7 delas a contribuição aconteceu desde o princípio (UNAMET, UNOA, UNMA, UNIOGBIS, UNOTIL, UNMIN, UNMHA), logo após a aprovação do mandato, em 2 aconteceu entre 2 e 5 anos (UNOGIBS, UNITAMS), e por fim, também em duas (UNOWA, UNSOM) demoraram entre 6 a 10 anos (ver gráfico 5) (Brasil, 2023).

Gráfico 5. Início do período de contribuição nas MPE

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da MRE

Sobre o encerramento da contribuição brasileira e o fim das missões, é correto afirmar que em 10 missões políticas especiais estiveram contribuindo até o final. Em contrapartida, há um *outlier* que é a *United Nations Office for West Africa* (UNOWA), no qual teve seu início em 2001 até 2016, e a contribuição brasileira foi de 2007-2011. Essa questão é explicada pela abrangência da missão, que foi um escritório regional de prevenção de conflitos e consolidação da paz com ênfase em toda África Ocidental. A participação brasileira na UNOWA foi específica para o Senegal, em que participou com o envio de dois conselheiros militares, com a finalidade de recuperar os países afetados por crise, promover os direitos humanos, promover a integração de gênero nas iniciativas de prevenção de conflitos na região, dentre outros objetivos descritos no mandato da missão (Brasil, 2023).

Ainda baseado nos dados disponibilizados pelo MRE, as principais funções que o Brasil envia para as MPE encontram-se entre oficiais do Estado-Maior, oficiais de ligação, conselheiros militares e observadores militares (Brasil, 2023). Para que haja o envio dos militares ou policiais, há um extenso processo, desde pedido formal de apoio

realizado pela ONU até a autorização do Congresso Nacional (LC 97/99; LC 136/2010). Todavia, este caminho é distinto para os policiais militares, em que há a mediação entre o Ministério das Relações Exteriores e os órgãos federados. Ou seja, para estes há um processo contínuo de preparação, com diversos exames, como teste de aptidão, teste físico, teste de saúde, dentre outros. Contudo, para que haja a participação de observadores militares, policiais e civis não é preciso aprovação do Congresso, visto que não há despesas adicionais, passam apenas pelo treinamento (Hamann e Leite, 2012).

O treinamento é realizado principalmente pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) - Centro Sergio Vieira de Mello, foi criado em 2005, com a responsabilidade de treinar a “Brigada Haiti”. Inicialmente, a missão era adaptar a doutrina militar das Forças Armadas à realidade das operações. Atualmente, tem como objetivo principal apoiar a preparação e formação dos militares, policiais e civis, tanto do Brasil quanto de Estados vizinhos (EB, s.d.). Entretanto, por não ter informações sobre as MPE, os seus papéis e as funções, dificulta a preparação de ambientação pré-envio.

O Brasil dedica contínua atenção à sua defesa, a qual em 1996, foi aprovada a Política de Defesa Nacional (PDN), configurando-se como um guia para o planejamento das ações. No ano de 2005, houve a revisão da PDN, onde realizou apontamentos sobre a participação em operações de paz, mas sem detalhamento da preparação, critérios de participação ou desdobramentos:

Para ampliar a projeção do país no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos, o Brasil deverá intensificar sua participação em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais (BRASIL, 2005, parágrafo 6.17).

Em 2012, uma nova revisão ocorreu e o PDN passou a ser denominado de Política Nacional de Defesa (PND). Cabe apontar que em 2008 foi publicada a Estratégia Nacional de Defesa (END), no qual orienta todos os segmentos do Estado sobre quais medidas devem ser implementadas (Brasil, 2020).

O Brasil é pacífico por tradição e por convicção. Vive em paz com seus vizinhos. Rege suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios constitucionais da não intervenção, defesa da paz e solução pacífica dos conflitos. Esse traço de pacifismo é parte da identidade nacional e um valor a ser conservado pelo povo brasileiro (BRASIL, 2008, p. 8).

Com base no PND e END, torna-se evidente que os objetivos do Brasil são delineados com uma abordagem multilateral, pacifista e soberana. Desse modo, a mobilização de policiais ou tropas estão subordinados a esses interesses (Kenkel, 2011).

O Brasil, por sua tradição de defensor do diálogo e da convivência harmoniosa entre os povos, continuará a ser convidado a dar sua contribuição para a paz mundial. Em consequência, deve estar preparado para atender às possíveis demandas de participação em Operações de Paz, sob a égide da Organização das Nações Unidas – ONU ou de organismos multilaterais (BRASIL, 2020, p. 33).

No entanto, apesar do que é destacado no Plano e na Estratégia de Defesa Nacional, observa-se, a partir dos dados apresentados nos gráficos acima, que em comparação com as PKO, a participação policial e militar ainda é modesta. Sendo necessário ampliar a participação brasileira nas MPE, visto que nos últimos anos (2012-2022), o CSNU aprovou 11 MPE e apenas 2 PKO, na qual a última foi a *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic* (MINUSCA), em 2014 (ONU, s.d.). Dessa forma, pode fortalecer a imagem do Brasil no cenário internacional, já que os dados apontam a tendência das MPE

desempenharem um papel mais importante na paz e segurança internacional (Kugel, 2011).

Por fim, apesar da inexpressiva participação brasileira em missões políticas, o país esteve envolvido enviando policiais, militares, observadores, dentre outros. É crucial destacar, no entanto, que os dados disponíveis para a análise se restringiram ao que foi publicado no site oficial da ONU e do DPPA. A escassez de informações detalhadas sobre as MPE se apresenta como uma significativa limitação da pesquisa, comprometendo a capacidade de atingir resultados mais robustos e minuciosos.

5. CONCLUSÃO

Os dados discutidos ao longo do trabalho revelam que a participação brasileira nas Missões Políticas Especiais ainda é considerada inexpressiva. No entanto, os dados apresentados indicam que apenas duas MPE (UNIOGBIS e UNMIN) contaram com um contingente brasileiro mais expressivo, embora em quantidade relativamente baixa. Esse aumento de presença está vinculado aos interesses específicos do Brasil. Vale ressaltar que, mesmo em menor escala, o Brasil participou de outras localidades, contribuindo com o envio de forças militares e policiais para apoiar as missões.

Mesmo com uma presença mais expressiva em PKO, para as quais foram enviados mais de 50 mil brasileiros, os interesses do Brasil em participar das MPE estão alinhados aos mesmos objetivos que orientaram a participação nas missões promovidas pelo DPKO.

Em um dos tópicos, é citado o “sólido” histórico das contribuições brasileiras às Operações de Paz e Missões Políticas Especiais da ONU (MRE, 2021), evidenciado um envolvimento positivo que vai além do envio de tropas e forças militares. Nesse sentido, destaca-se a participação humanitária, eleitoral e cultural (Kemer, 2017).

Isto posto, nota-se que o Brasil fundamenta suas participações em diversas motivações. Internamente, busca cumprir os princípios estabelecidos no art. 4 da CF/88, treinando e aprimorando suas Forças Armadas. Regionalmente, demonstra solidariedade com os países envolvidos em conflitos. Institucionalmente, visa legitimar a candidatura à vaga permanente no CSNU, fortalecer o multilateralismo e expandir sua influência (Uziel, 2009, p. 91).

No entanto, a análise da atuação policial e militar do Brasil nas MPE foi limitada

por vários motivos. Desde a escassez de literatura específica sobre o tema, especialmente com foco no Brasil, até a apresentação mensal dos relatórios do DPPA, e DPKO, em que categorizam as contribuições por tipo de pessoal (militar, policiais, staff, experts, entre outros), dificultam a compreensão do contingente real e preciso em cada período. Além disso, a ausência de informações nos relatórios sobre as missões UNOA, UNOGBIS e UNOWA contribui para limitação dos dados, centralizando as informações no documento oficial do Ministério das Relações Exteriores.

Por fim, esta monografia possibilita uma compreensão mais aprofundada das Missões Políticas Especiais, incluindo uma análise da atuação das forças policiais e militares brasileiras. Os resultados destacam a necessidade de direcionar futuros estudos para aprimorar as estratégias de resposta às crises internacionais. Este trabalho não encerra o debate sobre a participação do Brasil. Em pesquisas futuras, sugere-se realizar uma análise mais detalhada da temática, incluindo o financiamento, participação e recrutamento de civis, mulheres e jovens nas MPE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, I. O.; FRANCO, L. G. A.; SILVA FILHO, E. B. (2019). A atuação do Exército Brasileiro em operações de paz das Nações Unidas. In: Desafios contemporâneos para o Exército Brasileiro. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), p. 155-181.

ANDRADE, Israel O.; HAMANN, Eduarda. P.; SOARES, Matheus A. (2019) A Participação do Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas: evolução, desafios e oportunidades. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

BABBITT, Eileen F. "Mediation and the Prevention of Mass Atrocities". in: The international politics of human rights: rallying to the r2p cause? SERRANO, Monica and WEISS, Thomas, eds. Routledge, p. 29- 47, 2014.

BUZAN, B.; HANSEN, L. A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional. São Paulo: UNESP, 2012.

CAVALCANTE, F. Rendering peacekeeping instrumental? The Brazilian approach to United Nations peacekeeping during the Lula da Silva years (2003-2010). Revista Brasileira de Política Internacional, v. 53, n. 2, p. 142-159, 2010.

COSTA, J. C. F. Contribuições da participação brasileira em operações de paz da Organização das Nações Unidas para a segurança, defesa e desenvolvimento do Brasil. 2015. Monografia (Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2015.

FAGANELLO, Priscila Liane Fett. Operações de manutenção da paz da ONU: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz / Priscila Liane Fett Faganello. – Brasília : FUNAG, 2013.

FEINSILBER, Marina Malamud. 'Latin America in Peacekeeping Operations: A Sociopolitical Overview'. In: CAFORIO, Giuseppe (ed.). Advances in Military Sociology: Essays in Honor of Charles C. Moskos. Bingley: Emerald Group, 2009. p. 153.

FISHEL, John T. 'Latin America: Haiti and beyond'. In: DANIEL, Donald C.F.; TAFT, Patricia; WIHARTA, Sharon (eds). Peace Operations: Trends, Progress, and Prospects. Washington, DC: Georgetown University Press, 2008. p. 162-166.

HAMANN, E. P. A força de uma trajetória: o Brasil e as operações da ONU (1947-2015). Military Review, jul./set. 2016

HAMANN, Eduarda Passarelli; LEITE, Iara Costa. Brazil's experience in unstable settings: Assessing the participation of Brazilian experts in multilateral missions. Igarapé, November 2012.

KENKEL, K. South America's emerging power: Brazil as peacekeeper. *Journal International Peacekeeping*, v. 17, n. 5, p. 644-661, 2010.

KENKEL, Kai Michael. *Interesses e Identidade na Participação do Brasil em Operações de Paz*. Revista Tempo do Mundo, 2011.

KENKEL, K.; HAMANN, E. P. *Subsídios para a participação de policiais brasileiros em operações de paz das Nações Unidas: funcionamento, tarefas, recrutamento e oportunidades de destaque*. Brasília: Ipea, 2013.

KUGEL, A. No helmets, just suits: Political missions as an instrument of the UN Security Council for civilian conflict management. *International Policy Analysis*. 2011.

MELLO, Flávia de Campos . *O Multilateralismo na Política Externa Brasileira*. Carta Internacional (USP) , v. 7, p. 163, 2012.

MUGGAH, R.; HAMANN, E. P. (2012a). "Brazil's Generous Diplomacy: Friendly Dragon or Paper Tiger?" *International Development Policy Series* (March).

MUNRO, J. A. A crise da Grécia – 50 anos: a presença da Marinha do Brasil no grupo de observadores da ONU. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 117, 1997.

ONU. *Special Political Missions Start-up GUIDE*. Department of Political Affairs. 2012.

ONU. *World Summit Outcome: resolution / adopted by the General Assembly, 24 October 2005, A/RES/60/1*

ROSENBERG, Sheri P.; Audacity of Hope: International Criminal Law, Mass Atrocity Crimes, and Prevention. In: GALIS, Tibi, ed.; ZUCKER, Alex, *Reconstructing Atrocity Prevention*, Cambridge University Press, p. 151-174, 2015.

ROSNER, G. *A força de emergência da ONU*. Rio de Janeiro: Record, 1996

SOLOMONS, D.; DIJKZEUL, D. 2001. *The Conjurers' Hat. Financing United Nations Peace-building in Operations Directed by Special Representatives of the Secretary General*. Fafu-report 359. Oslo – New York: Fafu Institute for Applied Social Science, and Center on International Cooperation, New York University.

SARFATI, Agathe. *Transitions from UN Special Political Missions to UN Country Team*. International Peace Institute. 28 abr. 2021.

SHARMA, Serena K.; WELSH, Jennifer M. Welsh (eds). *The Responsibility to Prevent: Overcoming the Challenges to Atrocity Prevention*. Oxford: Oxford University Press, 2015

STRAUS, Scott. *Fundamentals of Genocide and Mass Atrocity Prevention*. Washington, DC: The United States Holocaust Memorial Museum, 2016.

THAKUR, Ramesh; WEISS, Thomas. R2P: “From Idea to Norm—and Action?”, *Global Responsibility to Protect*, v. 1, n. 1, p. 22-53, 2009.

WELSH, Jennifer. The “Narrow but Deep Approach” to Implementing the Responsibility to Protect: Reassessing the Focus on International Crimes. In: GALIS, Tibi, ed.; ZUCKER, Alex, *Reconstructing Atrocity Prevention*, Cambridge: Cambridge University Press, p. 151-174, 2015.

ZANATTA, J. Em defesa da paz: a crise do canal e a participação do Batalhão Suez e seus contingentes gaúchos a serviço da ONU no Oriente Médio. 2012. Monografia (Bacharelado) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ZARTMAN, William. Preventing Identity Conflicts Leading to Genocide and Mass Killings: In Cooperation with The Office of the Special Adviser On the Prevention of Genocide, United Nations. International Peace Institute, 2010.